



# ESTADO DE RONDÔNIA

# DIÁRIO

DA

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 10

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2006

ANO XXIV

## SUMÁRIO

### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 6ª LEGISLATURA

7ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	153
1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	168
8ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	169
AVISO DE LICITAÇÃO.....	172

### ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA. Em 21 de março de 2006.

**Presidência dos Srs.**  
**Carlão de Oliveira – Presidente.**  
**Deusdete Alves – 4º Secretário**

**(Às 15 horas e 17 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT), Neri Firigolo (PT), Doutor Deusdete (PDT), Edison Gazoni (PDT), Dr. Carlos (PDT), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Kaká Mendonça (PTB), Leudo Buriti (PTB), Chico Doido (PSB), Paulo Moraes (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN), Beto do Trento (PSDC) e Renato Velloso (PPS).

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Havendo número regimental, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 7ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da 6ª legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. EDÉZIO MARTELLI(Secretário ad hoc)** – Procedendo à leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

**O SR. EDÉZIO MARTELLI (Secretário ad hoc)**- Procedendo à leitura do expediente.

– **Ofício nº 004/06/ADAPRO/CBIPP/RO**(Associação dos Datiloscopistas Policiais do Estado de Rondônia-ADAPRO) – Solicitação de Apoio para o “IX Congresso Brasileiro”.

- **MENSAGEM Nº 024, de 09 de março de 2006** – Governadoria que: “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar de dotações até o montante de R\$7.797.900,00, em favor da Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social – SEAPES”.

- **MENSAGEM Nº 025, de 14 de março de 2006** – Governadoria que: “Autoriza o Poder Executivo as abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$31.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento em favor do Fundo Estadual de Saúde-FES”.

- **MENSAGEM Nº 026, de 14 de março de 2006** – Governadoria que: “Cria o Programa Servidor Padrão, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, e dá outras providências”.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Passemos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos.

Encerrada as Breves Comunicações. Passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra pelo prazo de vinte minutos, com apartes o ilustre Deputado Nereu Klosinski.

### GRANDE EXPEDIENTE

**O SR. NEREU KLOSINSKI** – Senhor Presidente, senhores Deputados, imprensa, público que participa desta sessão. Gostaríamos de inicialmente, solicitar o apoio dos Parlamentares na aprovação dos requerimentos que estamos apresentando hoje, justamente para que possamos acompanhar de forma efetiva o investimento, bem como o gasto do Governo do Estado em relação a algumas Secretarias e quero aqui citá-los: o primeiro, estamos solicitando a SEAPES informações sobre a quantidade de sementes adquiridas pelo Governo do Estado para a safra de 2006. Queremos saber quanto foi adquirido de semente de feijão, arroz, milho, enfim, o que o Governo adquiriu para distribuir aos agricultores. O segundo requerimento ao Secretário de Segurança Pública para que ele nos encaminhe cópia do processo que trata da compra de motos para atender o Estado de Rondônia. Queremos justamente saber o processo para que depois possamos acompanhar também qual o destino de todas as motos que foram adquiridas pela Secretaria de Estado de Segurança. E o terceiro, queremos aqui solicitar e faço um comentário maior que é a solicitação ao Governador do Estado de Rondônia que nos informe o quantitativo de postos de vigilância contratados com a empresa RONDONORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. Estamos fazendo este pedido, inclusive, especificando quantos postos prestam serviços ao Estado, a localização dos postos, quanto é pago por cada posto e os valores pagos a RONDONORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, de janeiro de 2006 até esta data. Por que esta preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Já tivemos informações de vários funcionários desta empresa, funcionários esses que trabalham na ENARO, na FASER, no HEMERON e que estão com os seus salários atrasados há mais de dois meses no ano de 2006. Portanto, agora queremos essa informação para ver qual o custo e como o Estado está fazendo o pagamento, porque se o funcionário que presta o serviço não recebe, devem ter alguma coisa acontecendo. Então é essa preocupação. Temos as informações ali como eu já disse, da ENARO, da FASER, CASA DA CRIANÇA, se não me engano CASA DO MENOR, o HEMERON, e que esses funcionários que já todos nós sabemos, não são de salários razoáveis, isso significa que ele não pode esperar dois ou três meses para poder receber o salário, se ele trabalhou 30 dias ele precisa garantir o pagamento para manter a sua família de forma razoável, se não conseguir de maneira digna.

Então, é essa preocupação, estamos solicitando, justamente para que possamos, acompanhar de perto os contratos, os pagamentos e caso o Estado esteja repassando à empresa e esta não, aos seus funcionários, nós teremos que buscarmos alternativas e tomar providências. Temos informações, é importante ressaltar, que na denúncia apresentada. No ano passado vários funcionários também denunciaram essa situação que isso já ocorreu em 2005 em relação a questão. Então, foram feitas as denúncias pelas informações que nós tivemos, ao Ministério Público e à Polícia Federal. Como as informações que nós temos são apenas essas de funcionários que não tenham recebido os seus salários. Inicialmente solicitamos para o Estado, qual é o valor do contrato, quantos os postos e quanto o Estado já pagou.

Uma outra questão importante: Gostaríamos de passar a discutir nesta Casa. Na semana do dia 06 ao dia 09 quando acompanhamos os sindicatos em Brasília, na discussão da PEC e da transposição, naquela oportunidade também, nós solicitamos para que os Deputados Federais e os três Senadores encaminhassem a esta Casa um material onde possamos divulgar e eles, é claro, também mostrar para o Estado de Rondônia as Emendas que foram feitas na Câmara e no Senado, do orçamento, onde esse orçamentário para o Estado de Rondônia, já há o compromisso da bancada federal de fazer um encarte inclusive de todos os Deputados Federais que estes têm feito as emendas podendo ser de 2003, 2004, 2005, mas é claro que nos interessa mais pelo menos deste momento as emendas de 2005. Por que devem ser executadas agora em 2006 para tirar qualquer dúvida no caso, é divulgado que os Parlamentares Federais não têm encaminhado emendas ao Estado de Rondônia e nós temos esta preocupação de acompanhar e sem dúvida nenhuma divulgar, se divulgamos os negativos, os pontos negativos. queremos também divulgar os pontos positivos e sem exceção de Deputados ou Senadores, e a gente começa pelo menos hoje, já temos um relatório de dois Parlamentares e gostaríamos de fazer a divulgação, eu acho que é importante registrarmos. Para termos uma idéia, o Deputado Federal Anselmo de Jesus, apresentou, através de emendas, para o Estado de Rondônia e quando nós falamos para o Estado de Rondônia, significa dizer que é para sociedade rondoniense. Isso demonstra, isso quer dizer repasse diretamente aos municípios, seja via Prefeitura ou algumas emendas talvez diretamente para as associações. Mas queremos dizer se for necessário citar um por um, mas para que a gente não demore muito na explanação, o Deputado Federal Anselmo de Jesus, do orçamento de 2005 tem empenhado para ser executado no Estado de Rondônia

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

**Maria Iris Dias de Lima Diniz** - Secretária Legislativa  
**Roger Luz da Silva** - Divisão de Publicações e Anais  
**Silene Galdino Leite Reis** - Divisão de Taquigrafia

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

**Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia**  
**Palácio Teotônio Vilela**  
Rua Major Amarante s/n, Arigolândia  
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

#### MESA DIRETORA

**Carlão de Oliveira** - Presidente  
**Kaká Mendonça** – 1º Vice-Presidente  
**Haroldo Santos** – 2º Vice-Presidente  
**Chico Paraíba** – 1º Secretário  
**Ellen Ruth** – 2º Secretário  
**João da Muleta** – 3º Secretário  
**Dr. Deusdete Alves** – 4º Secretário

**Controle geral de processamento:** Roger Luz Silva.  
**Controle de fluxo de documentos:** Célia Aguiar  
**Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional:** Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.  
**Processamento de textos:** Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia e Pedro Rocha  
**Indexação e processamento de textos:** Edmilcia Martins e Fátima Albuquerque.  
**Revisão de textos:** Maria do Carmo.  
**Revisão técnica final das sessões:** Maria do Carmo.  
**Diagramação:** Robison Luz da Silva e Ana Cristina Favacho.  
**Distribuição e org. Anais:** Terezinha Dias.  
**Taquigrafia:** Ana Jóia, Elizete, Gláucia, Jô, Cida, Irene, Ceíça, Mirian, Neide, Neuza e Rô.  
**Revisão das notas taquigráficas:** Silene G. Leite Reis

R\$10.200.000,00, só para ter uma idéia, pegar o município de Ji-Paraná, no ano de 2005, R\$3.505.216,80, pegar um exemplo e citar a forma como o município está sendo contemplado, num convênio com a Prefeitura através do Ministério das cidades para infra-estrutura urbana R\$3.000.000,00, do FNDE, para alfabetização de jovens e adultos R\$10.216,80, Ministério do Desenvolvimento Agrário para as associações; aquisição de um caminhão R\$100.000,00, da agricultura, Ministério da Agricultura um trator agrícola para associações também R\$97.500,00, agricultura também, mais um caminhão para transporte leiteiro R\$97.500,00, da Saúde, Ministério da Saúde, aquisição de unidade móvel para Santa Casa R\$50.000,00 e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, construção de ponte da linha 102, R\$150.000,00. Portanto, Deputado Federal Anselmo, para Ji-Paraná R\$3.505.216,00, e assim contemplando outros municípios, uns mais, outros menos, mas no valor total por exercício de 2005 de R\$10.200.000,00.

A Senadora Fátima Cleide, também num relatório apresentado através de boletim informativo tem investimentos entre Emenda Parlamentar e também através de extra-orçamentário um valor de R\$21.000.000,00, em investimentos para o Estado de Rondônia. Então sem dúvida nenhuma R\$18.358.000,00, de recursos extra-orçamentários, significa, tinha recurso no Ministério e foram garantidos para os municípios do nosso Estado de Rondônia. Para ter uma idéia vou colocar alguns exemplos: Para Porto Velho e:– Apoio à infra-estrutura turística, na área Madeira Mamoré, R\$1.300.000,00; para o Programa Nacional de Inclusão dos Jovens, no Programa Pró-Jovem, R\$1.542.294,00; o apoio à melhoria das condições de habitabilidade, R\$1.076.712,00; construção de 04(quatro) escolas em assentamentos, R\$356.400,00; construção de escola em Abunã, R\$277.117,00; construção de abrigos, R\$ 115.000,00; terminais para mobilidades urbanas, R\$100.000,00, isso demonstra aqui os recursos que foram encaminhados, o valor das emendas individuais liberado chega à R\$3.345.000,00.

Gostaríamos de fazer esse registro Sr. Presidente, Srs. Deputados e temos a certeza e temos esse compromisso, eu tenho acompanhado todos os Parlamentares e a partir de amanhã e nas próximas sessões nós estaremos divulgando de todos os Parlamentares de Rondônia independente de partido político, porque o nosso compromisso é de fato divulgar as emendas Parlamentares encaminhadas ao nosso Estado de Rondônia, até porque isso demonstra, claramente, o compromisso do Governo Lula em investir no Estado de Rondônia. Um aparte ao Deputado Dr. Carlos.

**O Sr. Doutor Carlos** – Agradeço o aparte, Deputado Nereu. Deputado, ouvindo atenciosamente o seu pronunciamento nós concordamos em alguns pontos. Mas também não deixamos de discordar em muitos desses pontos. Veja bem, nós, como é sabido de todos, nós estamos aqui na Assembléia Legislativa eleitos por uma região específica do Estado de Rondônia, que é a região, a nossa grande região do município de Jaru, que abrange o Município de Jaru, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Vale o Anari, Machadinho D'Oeste e mais nas cercanias ali, Nova União, Mirante da Serra, Distrito de Tarilândia, Cacaúlândia também.

Eu ouvindo V.Exa. dizer com relação as liberações de recursos Parlamentar da Bancada Federal não deixar, também, de dizer que eu não vejo como tão produtivo assim a atuação da Bancada Federal especificamente com relação a minha região. Olhando as tais liberações, por exemplo, o Deputado Federal Anselmo, que é um Deputado que foi eleito Deputado Federal pela minha região, porque na cidade dele que é Ji-Paraná ele só tirou três mil votos, sendo que na nossa região ele tirou três mil e setecentos votos, nós trabalhamos casados lá. Naquela eleição do PT, e eu sinceramente, não consegui vê ainda um grande volume de recurso para a nossa região. Só um Senador da República do PMDB ele investiu seis milhões, conseguiu alocar seis milhões de reais de recursos no meu município para aquela duplicação da BR-364. É uma obra do Lula, do Governo Lula, mas é uma emenda da Bancada do PMDB, aquilo é uma coisa que me deixa assustado, porque nós que fomos eleitos pela região de Jaru, pelo PT, sempre reivindicamos melhorias para o nosso município, reivindiquei desde o início do mandato a questão da implantação de um Pólo da UNIR lá em Jaru, até hoje não tivemos nenhuma resposta dos nossos representantes a nível federal. Reivindicamos a implantação da rede de água no município de Governador Jorge Teixeira. Até hoje nada, a rede de água também de Tarilândia, até hoje nada, e pelo que a gente viu os recursos estão sendo destinados a praticamente a algumas associações de produtores rurais. Nós com todas as dificuldades na Assembléia Legislativa, Deputado Nereu, V.Exa. que é o meu líder, tive muita honra em trabalhar com V.Exa. na Bancada do PT, eu no final do ano, só nós, nós conseguimos liberar cerca de um milhão de reais para a nossa região, e só para atendimento de associação de produtores rurais foram cerca de trezentos e cinquenta mil reais, mais de trezentos mil para o município de Jaru, adquiriu medicamentos, construiu posto de saúde, ambulâncias e outras coisas, e mais também uma grande obra na nossa região que é uma ponte, um ponte de cerca de quinhentos mil reais que vai ligar dois municípios da nossa região. Me entristece a atuação de todos da bancada federal com relação a minha região. Eu gostaria que a atenção a nossa região de Jaru fosse mais positiva, porque infelizmente ela não tem sido a contento. E tenho certeza que as urnas darão a devida resposta aos representantes da bancada federal lá na nossa região.

**O SR. NEREU KLOSINSKI** – Obrigado pela sua explanação. Eu acho que uma das questões importantes quando da nossa fala. Hoje em relação à bancada federal, eu quero trabalhar Deputado Dr. Carlos, demais Deputados, é de fato o investimento do Governo Lula no nosso Estado de Rondônia, eu tenho essa preocupação, agora claro que nós temos a responsabilidade de buscar, contemplar os nossos municípios, eu vou ter que dizer para V.Exa., que eu não tive a mesma sorte por que das emendas Parlamentares que eu fiz para o orçamento de 2004, para o orçamento de 2005 até esta data eu consegui liberar R\$260.000,00, R\$100.000,00 para transporte escolar para Alto Alegre dos Parecis; R\$100.000,00 para a construção de um pavilhão para APAE em Alta Floresta; R\$15.000,00 para associação de Candeias do Jamari; R\$45.000,00 para Prefeitura de Nova Mamoré, é tanta emenda que eu não preciso nem anotar em papel nenhum, está guardadinho, isso de 2003, 2004 e 2005. Mas tenho várias

ainda que esteja no aguardo, espero ainda que sejam liberadas, mas a minha preocupação é nesse sentido, eu quero dizer: se a bancada do PMDB liberou mais de seis milhões para o município de Jaru, significa dizer que o Governo Lula está mais do que comprometido com o município de Jaru.

**O Sr. Doutor Carlos** – Deputado, um segundinho só?

**O SR. NEREU KLOSINSKI** – Ok.

**O Sr. Doutor Carlos** – A grande diferença Deputado que V.Exa., é adversário do Governo do Estado desde o início do vosso mandato do Governador, enquanto a bancada federal, sete Deputados Federais, três Senadores apóia o Governo Federal, essa que é a grande diferença. Então eu acredito que se apóia tem que ter também as benesses. Muito obrigado.

**O SR. NEREU KLOSINSKI** – Ok! Mas V.Ex<sup>a</sup> somar seis milhões da bancada do PMDB já é um recurso razoável, dá para se dizer, para o município como Jaru, é claro que a gente sempre tem que brigar para que nós tenhamos mais recursos. Mas o que eu quero dizer com isso que nós temos que ter a preocupação e justamente fazer um paralelo do investimento do orçamento do Estado no município de Jaru, de Theobroma, de Ariquemes, de Alta Floresta, de Porto Velho e também fazer esse comparativo entre o Governo Federal e Governo Estadual e até para que não paire tanta dúvida, porque hoje em determinados momentos a gente ouve que o Governo Federal, os Deputados Federais não têm conseguido recurso nenhum para o Estado de Rondônia.

Então a nossa preocupação é nesse sentido, é fazer uma soma de recursos investidos no Estado de Rondônia e é claro cada um tem o dever de puxar para que tenham mais recursos para a sua região.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Senhor Deputado, V.Ex<sup>a</sup> tem um minuto para a conclusão.

**O SR. NEREU KLOSINSKI** – Quero fazer a conclusão da minha fala. Para terminar, gostaria de nesse momento parabenizar a Coordenadora Santiago, Coordenadora da Secretaria da Mulher, no município de Porto Velho e também parabenizar o Prefeito da Capital por ter assinado ontem um pacto onde a Prefeitura de Porto Velho se compromete a garantir a fazer mais investimento justamente nesse segmento tão importante que são as mulheres, numa discussão em que o Ministério assume o compromisso com a Prefeitura, através de discussões que partiram de fato da Conferência Municipal, da Conferência Estadual e da Conferência Nacional. Portanto, condições para que nós tenhamos de fato, para que as mulheres tenham de fato os direitos iguais em todos os locais de trabalho e direitos iguais também no que se refere a segurança das mulheres. O Prefeito Roberto Sobrinho assinou esse acordo, isso demonstra seriedade, demonstra compromisso e esperamos que o Governo do Estado também passe a ter essa preocupação com o social, passe a ter essa preocupação com esse tipo de investimento. Obrigado senhor Presidente, senhores Deputados.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Com a palavra o ilustre Deputado Edézio Martelli por 20 minutos com direito a aparte, se assim o permitir.

**O SR. EDÉZIO MARTELLI** – Senhor Presidente, senhores Deputados, imprensa, eu queria Sr. Presidente, pensei em me inscrever, pegar o aparte do meu ilustre colega Deputado Nereu e dizer que é muito bom, que ainda temos alguém otimista com a situação, mas para animar o colega Deputado Nereu, eu faria um convite Deputado Haroldo para fazermos uma visita a Rio Branco, no Acre, porque eu ainda sinto orgulho de aonde eu vivi muito tempo e ver a casa arrumada e bem organizada, porque o fato de eu estar em outro Partido hoje não quer dizer que o que eu ajudei a construir não valeu a pena. Eu fui ao Acre recentemente, Deputado Neri Firigolo, a Capital do Acre está uma bela cidade, aliás, uma cidade para orgulhar qualquer um que lá vai visitar. Aqueles brejos, aquelas terras abandonadas, a rodovia que vai para o aeroporto, a terceira ponte, a praça, as estruturas públicas da Capital, é motivo de orgulho, de invejar qualquer um que mora na região norte ir lá fazer uma visita. Eu torço todos os dias. Eu sou um cara que torci muito para que o Roberto ganhasse em Porto Velho, acompanhei muito os debates voltados a questão dessa Beira-Rio, a questão da Estrada de Ferro, que é um patrimônio nosso, que é um patrimônio cultural interessante e, no entanto, a impressão que eu tenho, Deputado Nereu, é que os Deputados Federais embora estejam se esforçando com as suas emendas, com as suas ações está muito regionalizada. Eu vejo o Deputado Federal comprando máquina de arroz de dois, três mil reais e distribuindo nas associações. Eu vejo Deputado Federal fazendo emenda, comprando uma máquina de lavar roupa para um hospital. Isso é bom, é preciso, mas eu fui lá em São Francisco, eu vi pelo menos seis meses uma máquina, que foi uma emenda de um Deputado Federal, debaixo de uma lona preta no pátio do posto, porque colocou emenda para a máquina, mas o município não tinha condições de funcionar. Eu vejo tantas unidades de saúde, unidade-móvel parada no Estado, porque colocou a unidade para o município e o município não tem potencial de tocar.

Na minha visão, os Parlamentares estão se esforçando, porque também é um ano eleitoral e eu sei que isso causa certo desconforto se não tiver algo a divulgar. Mas emenda parlamentar a nível federal deveriam ser discutidas dentro das prioridades do desenvolvimento do Estado, dentro daquilo que você consegue alavancar para crescimento, para o desenvolvimento, para o bom funcionamento do sistema público.

Você começa distribuir essas emendas em pequenos valores, elas servem meramente para o Deputado ir fazer lá uma festinha, entregar o trator, entregar a máquina de lavar, etc. E muitas vezes a própria associação, eu estou acompanhando, eu vou agora sábado que vem, Deputado Nereu, entregar dois tratores junto com o Anselmo. O Anselmo colocou as emendas nos tratores e eu coloquei as emendas nos implementos, se não tivesse a felicidade de liberar os meus implementos, o trator tinha ficado sozinho. Ou seja, foi importante a emenda do Deputado Federal e se a minha não tivesse saído junto para colocar lá a grade, a plantadeira, a carreta, etc. Então eu estou falando dessas pequenas coisas. Estão precisando ordenar melhor a distribuição dos recursos,

senão o que vai acontecer? Você vai ouvir falar em cifras de vinte, trinta milhões de reais e no entanto isso não vai ter reflexo nenhum. Nós temos, por exemplo, em Porto Velho o anel viário, para quem transita nessa BR, é um projeto de campanha, é um sonho de Porto Velho tirar esse tráfego pesado de dentro da Capital para o conforto do trânsito, para a conservação da rodovia e, no entanto, isso eu acho que a bancada federal devia se juntar e votar nessas obras de grande vulto. Nós temos a urbanização da beira do rio, que é um projeto que Porto Velho sonha com essa beira do Rio Madeira urbanizada, que aquele trem de ferro ali que foi feito tanto barulho voltasse a funcionar, no entanto, nós não vemos isso, a minha preocupação é que os anos estão passando e a hora que o Governo Lula vir a Rondônia fazer uma campanha a gente vai ter que dizer que vai ser difícil para ele dar a volta no Estado todo caçando essas micros emendas liberadas. Eu vou citar um exemplo, que foi muito triste para nós na BR-429, tinha um recurso na conta do Estado que era uma parceria entre Estado e DNIT. Mas quem gerenciava o recurso era o Estado e as pontes da BR-429 e os bueiros foi propaganda de todos que passaram por lá, que iria ser feito todas as pontes e galeria de concretos até Costa Marques. Para a nossa surpresa, eu não sei qual foi a interferência política nesse episódio, mas confesso que pelo menos a negligência da bancada federal foi muito forte, esse dinheiro foi cancelado, esse projeto para fazer as pontes da BR-429, dizendo que o dinheiro era para recuperar, que não se faz ponte de cimento em rodovia de terra. Ora, não merece uma ponte de cimento uma família, uma cidade como São Francisco do Guaporé que está depois do Rio São Miguel? Merece, sim senhor. Essa ponte pode ser feita e depois pode ser feito o asfalto. Por que vem primeiro a ponte ou o asfalto? Não é? Eu entendo que são necessidades básicas, mas na rodovia 429, hoje a importância seriam as pontes. Então quando se retirou esse recurso do Estado para voltar para fazer asfalto um dia vai ter que fazer as pontes porque que não deixou fazer logo as pontes. Eu só estou registrando isso porque o Deputado Nereu está no direito, acho que é legítimo Deputado Nereu.

**O Sr. Nereu Klosinski** – Um aparte Deputado?

**O SR. EDÉZIO MARTELLI** - Já concedo o aparte. É legítima a sua defesa, agora eu acho que a Bancada Federal devia, é só esse o questionamento que eu estou fazendo. A Bancada Federal deveria organizar a distribuição de Emendas para aproveitar mais esse recurso, porque senão vai ficar muito forte. Digamos, a intenção clara de que são recursos focalizados para fins eleitorais. Isso eu acho, para o desenvolvimento do, pode ser bom para a associação, mas para o Estado eu ainda venho questionar isso. O aparte Deputado.

**O Sr. Nereu Klosinski** – Deputado eu acho que é importante fazermos em debate, mas eu vou te dar um exemplo positivo que teve aqui a atuação efetiva do Deputado Miguel de Souza, mas que teve a participação de todos os Parlamentares no projeto da duplicação da BR-364 de Candeias até a UNIR, que já foi executado uma parcela muito importante, um trecho muito importante e, que isso, são emendas Parlamentares que, sem dúvida nenhuma foram planejadas. Agora nessa linha eu acho que em alguns pontos a gente percebe a preocupação

dos Parlamentares que tem buscado contemplar recursos para o Estado de Rondônia, agora, nós temos algumas interrogações quando Vossa Excelência fala agora, de que o recurso, pelas informações quero acompanhar para que possamos verificar o processo, quando Vossa Excelência diz que foi suspenso o recurso em função de que a ponte não poderia ser feita numa estrada onde tem terra, eu quero dizer que a BR-421, por exemplo, que liga Ariquemes a Monte Negro, Campo Novo lá tem ponte de concreto com recurso do Governo Federal e não tem asfalto. Então me estranha essa sua colocação agora, e, a gente tem que fazer uma análise porque, por exemplo, eu tenho o mesmo tipo de informação de que o Anel Viário de Ji-Paraná não foi executado porque o Governo do Estado não teria apresentado o projeto. E nós acompanhamos naquela oportunidade, em relação a BR-429, que o Governo Federal depositou recursos na conta do Estado para que o Estado executasse a obra de melhoria. Então, em que a primeira etapa seria doze milhões entre 2003 e 2004. É essa a informação que nós tínhamos.

Acompanhamos até o envio de oito, nove milhões, comprovado o depósito. Não acompanhamos a última parcela, mas gostaríamos, sem dúvida nenhuma, de verificar esta situação, para podermos acompanhar, se de fato foi esta justificativa, ou talvez, veio recurso e não foi concluído. Obrigado.

**O SR. EDÉZIO MARTELLI** – Obrigado pelo aparte, Deputado Nereu. Gostaria de dizer o seguinte: essa foi a argumentação para cancelar o recurso para as pontes da BR-429. Que o recurso era para a manutenção e a estrada está em condições de tráfego tranquilo, o nosso problema, Deputado Neri Firigolo, na BR-429 são as pontes. Se fizer aquelas pontes de cimento e o dinheiro foi embora, três milhões e pouco.

Agora está lá outra vez uma equipe andando na BR-429 fazendo projeto. Eu acredito que um projeto que começa agora fazer a análise do solo, aquele negócio todo, não vai servir para uma expectativa de ter um asfalto esse ano. Esse projeto vai ser feito agora, provavelmente uma expectativa, pelo menos uma promessa para os futuros anos, e a comunidade já contava com essas galerias e essas pontes de cimento.

Pois, bem! Senhores Deputados eu gostaria já que estou andando, aproveitando os finais de semana que eu poderia dizer que pra mim um privilégio de poder nesse momento que o Estado está andando bem nas suas ações políticas, nas suas ações de aplicação de recursos ao longo do interior, precisamente nos municípios aonde eu convivo que são comunidades mais carentes, eu tive a felicidade de acompanhar o Governador do Estado, essa semana, é uma prática de todos os anos. Entregando sementes, entregando kits escolares, coisas que no passado isso quando vinha, vinha em atraso. O pessoal questionava os produtores rurais que pegavam o feijão, a semente para comer. Mas tinha que comer mesmo, Deputado Everton, porque a semente de feijão chegava ao mês de maio, no final de abril, e, o produtor não planta feijão em abril, ele planta em março. E as sementes foram já distribuídas e está atendendo a comunidade. As nossas emendas Parlamentares já foram executadas boa parte delas, dentro do acordo combinado, de média quatrocentos, seiscentos mil reais, já foram pagas. No meu caso eu poderia

dizer que tive a felicidade de acompanhar a Escola Família Agrícola, por exemplo, que todos os anos recebem quinhentos, seiscentos mil, esse anos foi pago rigorosamente os seiscentos mil reais para o funcionamento da Escola.

Então é muito bom quando você numa escola, tipo a escola Família Agrícola, que é uma escola, Deputado Neri, você conhece muito bem tanto quanto nós conhecemos, é uma escola que está lá em Cacoal, Ji-Paraná em Novo Horizonte e que tem por objetivo educar, não é Deputado Haroldo? Formar os filhos dos agricultores para que eles tenham condições de uma vez com seu conhecimento, com a sua capacitação contribuir na produtividade, contribuir na melhor qualidade de vida da sua família e da sua propriedade.

Eu tive o privilégio, Deputado Haroldo, de acompanhar à assembléia da Escola lá do Vale, essa semana, cento e poucos pais presentes, felizes da vida, e quando eles falam Deputado Martelli, se não fosse o apóio da Assembléia e do Governo do Estado, nós temos que dizer isso em alto e bom som, a Escola teria que fechar, porque ela não tem condições de se manter se não for o convênio com o Estado. E eu queria aqui destacar a importância do Governo do Estado ter mantido até esta data, os três anos. E, o Governo anterior também fez isso. Agora temos uma emenda coletiva, emenda dos colegas desta Casa, todos assinando, que é de hum milhão de reais para este ano, e a Escola já apresentou o convênio. Nós temos também razões para poder, hoje, visitar os nossos municípios falar com os nossos Prefeitos, a questão da contribuição do Governo do Estado na questão da ajuda aos municípios na melhoria das suas estradas vicinais, ou seja, nunca no Estado de Rondônia teve, os Prefeitos tiveram oportunidade de contar no seu orçamento município pequeno como o de Alvorada do Oeste, R\$170.000,00, R\$180.000,00, todos os anos para ajuda na manutenção das suas estradas municipais. Nós também temos hoje a tranqüilidade de visitar as nossas escolas, embora com o atraso nesse início porque é uma questão burocrática e os Prefeitos estão com algumas dificuldades. Mas alguns municípios já estão funcionando, que é a questão Deputado Marcos Donadon, do transporte Escolar, nós nunca tivemos isso no Estado de Rondônia e hoje os Prefeitos apresentam as demandas para o Estado e o Governo está cumprindo. O ano passado investiu mais de R\$14.000.000,00, em transporte escolar, ou seja, isso para nós é gratificante, porque você que está exercendo um trabalho parlamentar no nosso caso, que é representar o povo do Estado de Rondônia, a gente tem a tranqüilidade de visitar nossas comunidades e chegar lá termos algo a dizer. Eu queria destacar a importância da inauguração do João Paulo, agora no dia 30, mais 51 UTIs, o Deputado Marcos Donadon esteve visitando o João Paulo, o HB, eu estive lá e não tem ninguém que não conheça aquela situação, porque os Municípios acabam vindo para aí, é uma situação desesperadora a questão do corredor do Hospital João Paulo. Mas eu liguei agora para o Secretário, está sendo encaminhado para a Assembléia os convites para a inauguração no dia 30. Deputado Marcos, eu acredito que isso vai atender uma demanda não só de Porto Velho, mas demanda também dos Municípios.

**O Sr. Marcos Donadon** – Deputado, concede-me um aparte?

**O SR. EDÉZIO MARTELLI** – Concedido Deputado.

**O Sr. Marcos Donadon** – Eu quero, inicialmente, parabenizar V.Ex<sup>a</sup> pelo brilhante pronunciamento que faz, e eu conversava com V.Ex<sup>a</sup> em alguns instantes e nós discutíamos aquela situação do Hospital de Base, e que realmente a situação ali é crítica. Se existe um fundo do poço eu acredito que ali é o fundo do poço, porque realmente é um Estado de precariedade que não tem limite, e eu na semana passada conversei com alguns Deputados e houve uma manifestação de preocupação desta Casa, no sentido de verificar **in loco** a situação do Hospital de Base, do João Paulo, que está ali no Pronto Socorro do Hospital, eu acompanhei, fui várias vezes lá no Hospital, visitando, conversando com as pessoas e há um sentimento de solidão, de pessoas que estão ali jogadas, e sem uma voz, alguém para dizer alguma coisa, de pedir um favor. Então, realmente, era necessário que esta Casa tomasse algumas medidas no sentido de verificar o que estaria acontecendo lá no Hospital de Base, mas como V.Ex<sup>a</sup> está dizendo, a equipe de sustentação do Governo nos informou e através da imprensa agora o senhor confirmando a inauguração do Hospital João Paulo II.

Nós, então, tomamos a atitude de aguardar, eu estou aqui com um Requerimento assinado por vários Deputados dando apoio. Mas vamos aguardar então, porque o Governo diz através de sua assessoria, a sua equipe que o problema, essa junção entre o Hospital de Base e o João Paulo, que saindo dali o João Paulo e indo para o seu prédio, lá agora reformado, nova estrutura, haverá uma solução desse problema, uma melhora no nosso atendimento. Então em conjunto com os demais Deputados desta Casa, resolvemos tomar essa atitude de aguardar essa solução. E se não houver uma solução para esse problema, ai sim então nós colocaremos, apresentaremos então essa Comissão Especial para poder fazer um acompanhamento **in loco** da situação da saúde do nosso Estado, então vamos aguardar, como houve a solicitação no sentido de que o Governo vai inaugurar dia 30 agora, e acredito através da sua assessoria que definitivamente resolverá esse sofrimento da nossa população.

Então é prudente que esta Casa aguarde e se não houver resultado desta inauguração, nós então apresentaremos essa Comissão para acompanhar e ajudar naquilo que for preciso esta Casa a encontrar o caminho. Senão tem o caminho, esta Casa ajudar o Governo a resolver esse problema. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

**O SR. EDÉZIO MARTELLI** – Obrigado Deputado Marcos. Agora, V.Ex<sup>a</sup> já tinha me comentado sobre a Comissão, eu acho que a importância dessa Comissão embora esteja se inaugurando o João Paulo, eu acho que o nosso papel é esse, é acompanhar, é olhar, é fiscalizar, e isso é bom até para o Executivo. Eu entendo dessa forma, eu acredito que isso não impede que a Comissão seja constituída, que a gente vá ao João Paulo, vá ao HB, vai olhar a nova instalação que está sendo proposta agora para o funcionamento do João Paulo II, e entender como está sendo proposto, e até sugerir algumas questões, digamos, algumas opinião para o funcionamento ou melhor funcionamento dessa atitude.

Agora, eu sempre presenciei a preocupação do Governo em relação a demora dessa construção e conclusão

do João Paulo II, e lógico que isso trouxe o prejuízo para os usuários da Saúde que é enfrentar aquela situação.

Eu queria antes de encerrar Sr. Presidente, destacar mais uma ação que para nós é muito importante ao longo do Estado de Rondônia, está sendo agora, no começo de abril, resgatado, reiniciado novamente que é a questão das 5/horas máquinas para cada agricultor, eu entendo que isso tem que atingir os 52 Municípios. É muito importante, na nossa região alguns setores já receberam essas máquinas, ficou suspenso por um período, o Governo está articulando no sentido de agora em abril recomeçar, e a nossa intenção seria que se isso pudesse chegar a todos os agricultores. Seria muito importante, porque onde passou foi gratificante para os agricultores que têm dificuldade de água na sua propriedade.

São ações que estão sendo executadas no Estado que poderia enumerar várias outras que são de importância grande para o povo de Rondônia. Foi essa a minha interferência, a minha intenção era contribuir nessa discussão, e se a classe política conseguir se projetar bem, eu acredito que o resultado é muito melhor, porque se um está mal com certeza reflete em outro e o nosso entendimento é que a gente teria que dar a volta por cima e chegar um dia e ter o orgulho de visitar todos os setores públicos do Estado de Rondônia.

Eu queria antes de encerrar comunicar aqui a presença do Josias Custódio, Presidente do PTN. Obrigado Josias por está aqui nos visitando.

Muito obrigado Sr. Presidente.

**(Às 16 horas e 21 minutos o Sr. Deusdete Alves passa a presidência ao Sr. Carlão de Oliveira).**

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Com a palavra o Deputado Haroldo Santos.

**O SR. HAROLDO SANTOS** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa aqui presente, senhoras e senhores, servidores. Gostaria, Sr. Presidente, senhores Deputados, de chamar a atenção para a questão da Previdência em nosso Estado. Gostaria de chamar a atenção para o IPERON, eu estou aqui com o Jornal Globo, do dia 09 de fevereiro onde faz uma análise dos Institutos de Previdências em todos os Estados, e a preocupação é grande por que hoje mesmo foi cancelada uma reunião. Mas para discutir verbas que deveriam ser repassadas aos servidores e todos os senhores e as senhoras sabem que a confusão maior foi exatamente em um grupo não queria que pagasse por que o dinheiro deveria ficar para as suas aposentadorias e outro grupo que teve o dinheiro tirado do seu bolso, é claro, queria que o seu dinheiro fosse devolvido. Então, naquelas discussões e principalmente na que houve lá no Tribunal de Justiça, ficou muito claro alguns procedimentos que deveriam ser feitos. E que procedimentos seriam esses? Ficou acertado naquela data que a Assembléia só votaria a Lei que aumentava de 8% para 11% o desconto do servidor, ou seja, aumento de 40% no pagamento do servidor para o IPERON quando houvesse os pagamentos, a devolução do dinheiro dos trabalhadores, a grande maioria foi feito, e ficou certo também que seria feito um estudo entre os Poderes no sentido de se fazer a devida negociação com a devida Lei aprovada por esta Casa, para que o IPERON tomasse um rumo definitivo de não ficar nesse caos de amanhã. Ou seja, daqui a sete anos, seis

anos não ter o dinheiro para pagar as aposentadorias. E me preocupa porque até hoje não foi feito esse entendimento entre os Poderes no sentido de garantir a renegociação de suas possíveis dívidas com o IPERON para que possa se amortizada nos anos. Então nós passamos por uma fase que é extremamente interessante para a reorganização do IPERON, para que depois o nosso servidor público não fique a ver navios.

E aí é interessante, quando o IPERON não tem dinheiro, o dinheiro que é para fazer estradas, o dinheiro que é para comprar remédio, o dinheiro que é para manter um asilo ou uma casa de idosos ele é retirado, ele é cancelado a estrada, é cancelado aquele benefício para o idoso e vai para o pagamento de aposentadoria. Se nós já sabemos disso, porque não adotar as providencias, Sr. Presidente? Então, eu gostaria de pedir muito encarecidamente, a nossa Imprensa, que se alerte a todos os Poderes e particularmente a Diretoria do IPERON, e particularmente a todos os Presidentes de Sindicatos para que façamos isso o mais rápido possível, nesta situação, a situação do IPERON. Não é ainda das mais graves onde o estudo revelou ainda, que havia sete Estados com superávit corrente: Paraná, Tocantins, Amapá, Roraima, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso do Sul. A nossa situação ainda não é de caos, ainda. E, portanto, por que vamos esperar chegar a um desastre total? Gostaria de alertar os números não são satisfatórios, todavia, ainda não são de alarmar, mas fica o alerta e eu gostaria de pedir a imprensa que se fizesse um alerta para todos os servidores para que não haja perigo para os próximos anos. Gostaria, esse final de semana tivemos um final de semana extremamente trabalhado, visitando comunidade, estivemos lá em Jaruaru uma pequena comunidade lá perto de Tarilândia, seria um Distrito de Jaru, onde foi dado início as matrículas para o 2º Grau, então a gente queria dar os parabéns a Professora Regina e a toda a sua equipe por levar o 2º Grau, o Ensino Médio a comunidade rural numa modalidade supletiva, onde o aluno vai aprender matéria por matéria, e isso é muito bom, para deixar condições aos filhos dos agricultores de estudar também.

Lá em Tarilândia, uma reivindicação antiga, mas que os aposentados e pensionistas do INSS tinham medo de fazer a sua transferência de dinheiro do Jaru para Tarilândia levamos um funcionário do INSS com a devida autorização e queremos agradecer a Sônia também, Superintendente do INSS aqui no Estado, e bem como o servidor João Celso, lá de Ouro Preto, onde ficou esclarecido que do dia 1º ao dia 10 as pessoas que quiserem transferir os seus benefícios podem fazê-lo lá na Agência do INSS. Isso significa para o comércio de Tarilândia pelo menos R\$300.000,00 daqui a 60 dias. Isso significa também emprego para a juventude daquele que é um Distrito, ainda, mas que na realidade tem pelo menos 10 municípios menores do que ele.

Tivemos também visitando a Faculdade à distância que funciona ali com um povo bastante animado, e houve também o pedido de implantação de Supletivo Seriado naquela comunidade por parte de jovens acima de 20 anos.

Uma notícia muito positiva também, é a questão do asfalto do Anari, embora dos quatro lotes, um dos lotes Sr. Presidente, não conseguiu a licitação, mas os demais foram aprovados sem maiores problemas com a Justiça e nem com as demais empreiteiras. Então a gente aguarda até o final agora de março ou começo de abril a assinatura da ordem de

serviço para aquela comunidade que há anos espera esse benefício. Muitos de nós políticos já lutamos e continuamos lutando para que aquela comunidade tenha esse benefício. Para os senhores terem uma idéia, estivemos na segunda-feira passada, instalando um curso de técnico de enfermagem em Machadinho e demoramos 4 horas de viagem para sair de Ouro Preto até o Machadinho, então bastante promissor e a gente espera que o sistema de licitação do Estado consiga resolver a questão desse lote o mais rápido possível para a comunidade ter benefício.

Também estamos bastante esperançosos com a questão da estrada que liga Jorge Teixeira a Colina Verde, os alunos daquela região ainda estão sem aula, porque não conseguem transitar devido vários atoleiros. A licitação demorou, só foi conseguido terminá-la no final de dezembro e não havia mais condições climáticas para a implantação do serviço. Essa ordem de serviço deverá também ser assinada agora, e a gente faz um alerta e pede ao Diretor do DEVOP que faça uma fiscalização rigorosa para que aquela comunidade não seja prejudicada, porque nem os seus filhos estão conseguindo ir às aulas porque não tem estradas, os ônibus, o ônibus que saiu na última sexta-feira saindo de Jarú às 13 horas chegou a Jorge Teixeira às 14 horas e só foi chegar a Colina Verde às 2 horas da manhã. Então é com muita dificuldade que aquela comunidade está trabalhando e a gente espera que agora com o início dos trabalhos a empresa já tendo ganhado a licitação sem mais nenhum conflito de recursos seja implantado uma estrada de qualidade para resolver o problema daquela comunidade e aí Sr. Presidente, concluindo as nossas palavras, o senhor que tem feito uma das administrações mais belas e dinâmica da Assembléia, atendendo os nossos servidores, temos certeza que o Senhor não se negará a resolver a questão do vale transporte, os servidores da Casa estão pedindo isso e nós temos certeza que dentro das suas possibilidades o Senhor vai atender porque é uma questão crucial e esses servidores tem dado um bom exemplo de cidadania, do seu exercício no trabalho aqui com esta Casa. O Senhor sabe bem há um grande aplauso por parte dos servidores para com o Senhor, para com a Mesa Diretora e para com todos os Deputados. Mas essa pendência do transporte, do vale transporte a gente tem certeza que dentro das suas possibilidades o senhor haverá de corrigir para que mais uma vez o índice de satisfação dos nossos servidores seja brilhante e se transforme em melhor qualidade dos seus serviços prestados.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Com a palavra o Deputado Beto do Trento.

**O SR. BETO DO TRENTO** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa aqui presente, povo aqui presente na galeria, quero saudar o Gilvan Ferro, Secretário da SEAPEN, e demais que estão presentes nesta Sessão. O que me traz aqui nesta Tribuna no dia de hoje é um tema que nós estamos apresentando através de um projeto nesta Casa no dia de hoje, e eu não poderia deixar de registrar nesta Tribuna uma situação que hoje aflige milhares de acadêmicos no Estado de Rondônia, naquilo que tange o limite máximo para cobrança de emissão de certificado e históricos escolares e diplomas pelas

Instituições de Ensino Superior no Estado de Rondônia. O que nós vemos hoje na prática é que o acadêmico se forma, frequenta os bancos de uma Universidade, as cadeiras de uma Universidade quatro anos, cinco anos e na hora principal, na sua formatura, na hora de buscar, pegar aquele tão sonhado diploma os custos desse diploma hoje está exorbitante. Hoje nós vemos diplomas a R\$500,00 e esse é um apelo das Universidades, dos acadêmicos que eu tenho recebido e sido cobrado constantemente e isso nos fez levar e apresentar esse Projeto nesta Casa de Leis, para que esse diploma, para que o custo desse certificado seja limitado. Nós temos exemplos hoje no Estado de São Paulo, onde tem um projeto também e que o limite máximo para um diploma de nível superior é de R\$69,66. Temos exemplos como o Estado do Paraná que o primeiro diploma após a formatura do acadêmico é custo zero, se ele perder ou se ele precisar de uma segunda via, aí sim. Eu só quero relatar aqui, dizer quanto custa um diploma na Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, R\$47,20, a 2ª via, agora se o acadêmico, aquele formando precisar de um modelo pergaminho um material melhor é R\$134,80 e o que nós vemos aqui em Rondônia hoje, são os acadêmicos pagando até R\$600,00, por um certificado, isso é um abuso e eu espero que com esse Projeto de Lei ele venha realmente a ser referendado por esta Casa, é um Projeto Constitucional e que ele venha a ser sancionado por nosso Governador também para que seja posto em prática, já que hoje o que se pode, a relação que se tem do acadêmico com a Universidade é a relação do consumidor, é a mesma relação da Lei que tange o consumidor, o acadêmico frequenta, paga os custos, paga pelo conhecimento adquirido e o que ele espera realmente é o seu reconhecimento, é o certificado, é um diploma, para que ele possa estar apto, capacitado e enfrentar de frente a situação profissional dele com o diploma. Não é justo, não é correto, hoje o acadêmico, ou aquele que passa quatro ou cinco anos nos bancos de uma Faculdade e na hora de receber o tão sonhado, o tão esperado diploma ter que pagar mais uma vez R\$500,00, R\$600,00, isso é um absurdo, portanto espero que com esse projeto, Rondônia possa realmente também acompanhar, não é criar nada, é acompanhar já modelos de outros Estados, que possam realmente valorizar, mas acima de tudo dar a certeza e a condição de todos aqueles acadêmicos de que eles estarão recebendo os seus diplomas num custo que ele possa pagar, dizer que é um profissional e que está apto a exercer a sua profissão. Então, espero ter o apoio desta Casa aqui, mas acima de tudo que ele seja referendado pelo nosso Governador do Estado de Rondônia e que esse Projeto seja posto em prática para atender a todas as Universidades do Estado de Rondônia, as Faculdades do Estado de Rondônia. Em Porto Velho, hoje são 11 Faculdades particulares mais 01 federal, temos mais de 15 mil acadêmicos nas faculdades particulares e mais a UNIR, que representa uma economia para o acadêmico, para o estudante. Então com isso eu espero que seja feito a justiça realmente a todos aqueles que com dificuldades enfrentam e fazem da faculdade um sonho a ser realizado e que possa ser realmente, estar ao alcance de todos esses diplomas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

**(Às 16 horas e 36 minutos o Sr. Carlão de Oliveira passou a Presidência ao Sr. Deusdete Alves).**



**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Encerrado o Grande Expediente passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, proceder à leitura das proposições recebidas.

Está suspensa a sessão por 15 minutos.

**(Suspende-se esta sessão às 16 horas e 37 minutos, reabrindo às 17 horas e 20 minutos, com o Sr. Deusdete Alves).**

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** - Está reaberta a Sessão.

Solicito ao 1º Secretário, que proceda a leitura das proposições recebidas.

### ORDEM DO DIA

**O SR. BETO DO TRENTO(Secretário ad hoc)** – Procedendo à leitura das proposições.

**-Requerimento do Deputado Edézio Martelli e Deputado Carlão de Oliveira:**

“Requer a realização de Audiência Pública dia 12 de abril de 2006, às 10 horas, para discussão e busca de solução sobre intoxicação sofrida por servidores da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde”.

**-Moção de Aplauso do Deputado Leudo Buriti:**

Concede Moção de Aplauso ao empresário Pedro André de Souza pela implantação do Jornal Diário do Povo.

O Parlamentar que a presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, após aprovação dos nobres pares concede Moção de Aplauso ao empresário Pedro André de Souza pela implantação do Jornal Diário do Povo.

### JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo felicitar o empresário Pedro André de Souza, principalmente no tocante a ousadia e o arrojo expressado ao implantar tão importante empreendimento que é o jornal Diário do Povo, equipado com moderno parque gráfico e sediado no município de Ji-Paraná.

A instalação deste novo veículo de comunicação representa mais uma grande conquista para a cidade de Ji-Paraná que passa a sediar três jornais de edições diárias, contribuindo sobremaneira para difundir as idéias e ampliar o conhecimento dos leitores, aumentando cada vez mais a quantidade de formadores de opinião, além de oportunizar maiores opções de trabalho aos profissionais da imprensa em Rondônia.

Plenário das Deliberações, 20 de março de 2006.

Dep. Leudo Buriti.

**-Projeto de Resolução da Mesa Diretora:**

Disciplina a Concessão de Auxílio Alimentação aos Gabinetes de Deputados, Secretarias: Geral e Administrativa e

Legislativa e Procuradoria Geral. Departamentos de Recursos Humanos e Financeiros, DEPOL, Imprensa e Serviços Gerais.

**Art. 1º.** Os gabinete de Deputados, Secretarias: Geral, Administrativa e Legislativa, Procuradoria Geral, Departamentos: Recursos Humanos e Financeiro, DEPOL, Imprensa e Serviços Gerais, farão jus a uma quota mensal de até R\$1.000,00 (mil reais) com alimentação.

**Art. 2º.** A verba de que trata o artigo anterior, destina-se exclusivamente a suprir despesas com alimentação dos Gabinetes dos Deputados e servidores do Poder Legislativo, desde que em serviço no horário destinado ao repouso.

**Art. 3º.** Os tickts refeições serão utilizados no restaurante da Assembléia Legislativa, ficando a Secretaria Geral responsável pelo controle e distribuição.

**Art. 4º.** A quota mensal deverá ser repassada aos beneficiários até o 5º dia útil de cada mês, condicionada à prestação de contas da quota referente ao mês anterior.

**Art. 5º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

Tomamos a iniciativa em apresentar esta proposição, considerando a necessidade dos servidores que permanecem em atividade contínua em seus horários destinados a repouso e alimentação, ensejando que este Poder Legislativo propicie aos gabinetes parlamentares e seus servidores o pagamento das despesas concernentes as refeições tomadas no local de trabalho.

Para tanto, solicitamos o apoio e voto dos nobres Pares. Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.

Dep. Carlão Oliveira – Presidente

Dep. Kaká Mendonça – 1º Vice-Presidente

Dep. Haroldo Santos – 2º Vice-Presidente

Dep. Chico Paraíba – 1º Secretário

Dep. Ellen Ruth – 2ª Secretária

Dep. João da Muleta – 3º Secretário

Dep. Deusdete Alves – 4º Secretário

**-Projeto de Resolução da Mesa Diretora:**

– Acrescenta Dispositivo a Resolução 109/05 de 16 de dezembro de 2005.

**Art. 1º.** Fica acrescentado o artigo 7º, a Resolução nº109/05 de 16 de dezembro de 2005, renumerando-se o seguinte, com a seguinte redação:

“Art. \_\_\_\_ A cota de que trata o artigo 1º, poderá, a critério do Parlamentar, ser objeto de ressarcimento parcial ou total, quando a esse se apresentar mais conveniente o desembolso direto e antecipado do valor, observado o disposto no parágrafo único do mesmo artigo.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

Estamos apresentando esta proposição, visando facilitar o processo de aquisição de passagens, especialmente considerando as facilidades que as Empresas Aéreas têm

oferecido reiteradamente, dessa forma o parlamentar podendo adquirir diretamente e de forma imediata, estaria beneficiando o próprio Poder, e, posteriormente seria reembolsado em sua despesa.

Com isso, em determinadas circunstâncias faltarão a agilidade na aquisição, o que pela redação vigente somente o Poder Legislativo pode fazer.

Razão pela qual, solicitamos o apoio e o voto dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.

Dep. Carlão Oliveira – Presidente

Dep. Kaká Mendonça – 1º Vice-Presidente

Dep. Haroldo Santos – 2º Vice-Presidente

Dep. Chico Paraíba – 1º Secretário

Dep. Ellen Ruth – 2ª Secretária

Dep. João da Muleta – 3º Secretário

Dep. Deusdete Alves – 4º Secretário

#### **-Projeto de Lei do Deputado Beto do Trento:**

Estabelece limite máximo para cobrança pela emissão de certificados históricos escolares e diplomas pelas instituições Ensino Superior no Estado de Rondônia.

#### **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica estabelecido o seguinte limite máximo para cobrança pela emissão de certificados e históricos escolares e emissão e registro de diplomas pelas instituições ensino superior no Estado de Rondônia:

I – certificados: até 0,5 (cinco décimos) do valor de 01 (uma) UPF/RO;

II – históricos: até 0,6 (seis décimos) do valor de 01 (uma) UPF/RO;

III – diplomas: até o valor correspondente 02 (duas) UPF/RO;

§ 1º O Diploma deverá ser entregue ao requerente no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis, contado da data de sua solicitação.

§ 2º. Esgotado o prazo estipulado no parágrafo acima, sem que o diploma tenha sido entregue, a instituição de ensino superior devolverá ao requerente, a título de multa, o correspondente a 1/20 (um trinta avos) do valor pago pelo diploma, por dia útil de atraso.

**Art. 2º.** Será permitida a prática de valores superiores ao estabelecido nesta lei para diploma com características especiais, desde que emitido por opção expressa do requerente e que lhe oferecido, ao mesmo tempo, o diploma convencional.

**Art. 3º.** Fica vedada a cobrança pela emissão do certificado de conclusão de curso que antecede a emissão do diploma.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.

Dep. Beto do Trento.

#### **-Requerimento do Deputado Kaká Mendonça:**

Requer ao senhor Governador do Estado que nos envie informações da mensagem de alteração da Lei Constitucional 086/93 e Lei Constitucional 228/00, originárias do Processo

Administrativo nº 1.109-191/COTEL/CGAG do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Rondônia – IPERON, para apreciação desta Casa Legislativa.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido plenário, na forma regimental, requer ao Exmo. Senhor Governador, informações da mensagem de alteração das LC nº086/93 e LC nº228/00, originárias do processo Administrativo nº1109-191-COTEL/CGAG do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON, para apreciação desta Casa Legislativa.

#### **JUSTIFICATIVA**

Tal solicitação, ocorre em função do Instituto dispor de recursos financeiros e orçamentários para cobrir as despesas com folha de pagamento e com a Sanção da LC n/338/06, a Contribuição previdenciária dos servidores e patronal que era de 8% (oito por cento), passa para 11% (onze por cento).

Outrossim, é oportuno mencionar que desde o ano de 1993, o Plano de Carreira não teve adequação estrutural. Desse modo, há a necessidade de atualizá-lo com a maior brevidade possível, tendo em vista que a Legislação Eleitoral respalda até o dia 02/04/06 para esta Casa de Leis aprová-lo. Diante da situação, entendemos que os servidores do Instituto almejam pela aprovação destas alterações.

Nossa proposição é de extrema importância e necessita de solução urgente, por isso contamos com o apoio dos nobres pares.

Plenário das Deliberações, 8 de março de 2006.

Dep. Kaká Mendonça.

#### **-Indicação do Deputado Romeu Reolon:**

Indica ao Poder Executivo implantação de um colégio estadual no Bairro Rota do Sol, no município de Ariquemes – Rondônia.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Poder Executivo a implantação de um colégio Estadual no bairro Rota do Sol no município de Ariquemes-RO.

#### **JUSTIFICATIVA**

Nobres Pares, nossa indicação tenciona atender mais de 3.000 (três mil) alunos de 1º e 2º graus, atendendo o Setor 11, São Luis, Setor 6, 3 e 8, bairro Bom Jesus, Pólo Moveleiro, parte do setor 2 e 4, bairro Nova União entre outros.

Plenário das Deliberações, 15 de março de 2006.

#### **-Indicação do Deputado Deusdete Alves:**

Indica ao Poder Executivo a necessidade da recuperação da Linha 153 do PICOP(Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto) no Município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica ao Poder Executivo a necessidade da recuperação da Linha 153 do PICOP(Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto) no Município de Ji-Paraná.

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

A solicitação em Paula justifica-se por ser de suma importância a recuperação imediata da Linha ora solicitada, pois beneficiará grande parte dos moradores daquela região.

Diante do exposto, espero merecer a compreensão dos nobres pares para aprovação da referida matéria.

Plenário das Deliberações, 20 de março de 2005.

Dep. Deusdete Alves.

**-Indicação do Deputado Deusdete Alves:**

Indica ao Poder Executivo Estadual a recuperação da malha asfáltica da rodovia que liga o NUAR de Nova Londrina com a sede do município de Ji-Paraná.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica ao Poder Executivo Estadual a recuperação da malha asfáltica da rodovia que liga o NUAR de Nova Londrina com a sede do município de Ji-Paraná.

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

A presente indicação justifica-se pelo motivo de que o grande fluxo do tráfego na região, principalmente no período chuvoso, causou danos na pista, com aparecimento de muitos buracos.

Diante do exposto, espero merecer a compreensão dos nobres pares para aprovação da referida matéria.

Plenário das Deliberações, 20 de março de 2006.

Dep. Deusdete Alves.

**- Projeto de Lei do Deputado Edison Gazoni:**

Declara de utilidade Pública a ACIOP – Associação Comercial e Industrial de Ouro Preto do Oeste.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:**

**Art. 1º.** Fica decretada de utilidade pública a Associação Comercial e Indústria de Ouro Preto do Oeste – ACIOP.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Ao longo de sua existência, a Associação Comercial e Industrial de Ouro Preto do Oeste-ACIOP, vem promovendo relevantes serviços comunitários, com vários eventos, tais como: natações para crianças das escolas estaduais; distribuição de brinquedos para crianças carentes; desenvolvimento do Projeto Criança Feliz; disponibilização de ônibus para transportar estudantes para atividades escolares; distribuição de peixe para população carente, dentre outros.

Com o respaldo do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Ouro Preto do Oeste, é que estamos propondo a presente concessão de Utilidade Pública, por entendermos ser questão de justiça.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2006.

Dep. Edison Gazoni.

**-Projeto de Lei do Deputado Edison Gazoni:**

Institui feriado estadual, toda segunda-feira de carnaval, em homenagem ao Dia do Comerciante.

**Art. 1º.** Fica criado no Estado de Rondônia, o "Dia do Comerciante", com data comemorativa toda segunda-feira de carnaval de cada ano.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Srs. Deputados, a instituição do Dia Estadual do Comerciante em Rondônia, é uma questão de justiça e de reconhecimento aos milhares de profissionais, atuantes no mercado de trabalho. Além disso, do ponto de vista do ordenamento jurídico, esta Lei não invade competência legislativa.

Além deste aspecto, necessário se faz observar que ao se preservar uma segunda-feira de carnaval para homenagear os comerciantes, não atinge desta forma as relações empregatícias e salariais fora das balizas da legislação vigente.

Plenário das Deliberações, 16 de março de 2006.

Dep. Edison Gazoni.

**-Projeto de Lei do Deputado Edison Gazoni:**

Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de membros e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo e dá outras providências.

**Art. 1º.** É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos dos Poderes Executivos e Legislativo, sendo nulos os atos assim caracterizados.

**Art. 2º.** Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

1 – o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Poder, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

II – o exercício de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

III – o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Poder, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral

ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

IV – a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

V – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexistência de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

§ 1º Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observado a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido.

§ 2º A vedação constante do inciso IV deste artigo não se aplica quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

**Art. 3º.** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros dos Poderes Executivo e Legislativo, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

**Art. 4º.** O nomeado ou designado, antes da posse, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada na forma do artigo 2º.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007.

#### JUSTIFICATIVA

O nepotismo é uma prática nefasta que deve ser extirpada de todos os poderes e não só do Poder Judiciário. A proibição do nepotismo no Poder Judiciário, com a decisão do Supremo Tribunal Federal reconhecendo resolução nesse sentido baixada pelo Conselho Nacional de Justiça, foi um passo decisivo e marcante na luta pela moralidade e impessoalidade na administração pública no País, conforme prescreve o artigo 37 da Constituição Federal. Mas a consolidação dessa caminhada depende agora da extensão da medida aos poderes Legislativo e Executivo, em todos os seus níveis.

Plenário das Deliberações, 16 de março de 2006.

Dep. Edison Gazoni.

#### -Indicação do Deputado Daniel Neri:

Requer implantação de telefonia celular no município de Corumbiara.

O Parlamentar que o presente subscreve na forma Regimental, requer à Mesa, com base no que dispõe o artigo 172 do regime interno, seja oficiado aos diretores da VIVO,

Brasil Telecon, TIM e Claro, solicitando providências quanto a instalação de Telefone Celular no Município de Corumbiara.

#### JUSTIFICATIVA

Com aproximadamente 10 mil habitantes, o município de Corumbiara, ainda não conta com os serviços de telefonia celular, que hoje em dia é um serviço indispensável para o desenvolvimento da região.

Há grande necessidade e ansiedade por parte da população local, notificando ainda a enorme população de usuários interessados na aquisição de tal serviço, tendo em vista o bom número de habitantes deste município.

Plenário das Deliberações, 09 de março de 2006.

Dep. Daniel Néri.

#### -Indicação do Deputado Daniel Neri:

Indica ao Poder Executivo a necessidade de construir um refeitório, uma sala de vídeo e ampliação da biblioteca da escala da rede pública estadual de ensino Carlos Dumont de Andrade, sediada em Rolim de Moura.

O parlamentar que o presente subscreve na forma regimental, indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao Secretário de Estado da Educação, da necessidade de construção um refeitório, uma sala de vídeo e ampliação da biblioteca da escala da rede pública estadual de ensino Carlos Dumont de Andrade, sediada em Rolim de Moura.

#### JUSTIFICATIVA

No município de Rolim de Moura, vimos a necessidade de construir um refeitório, uma sala de vídeo e ampliação da biblioteca na escola de rede pública estadual de ensino Carlos Drumond de Andrade, sediada em Rolim de Moura. Os estudantes não dispõem de um espaço adequado no momento da merenda, inclusive as crianças das séries iniciais. Tal situação vem causando desconforto para as crianças, necessitando até mesmo intercalar horários para a refeição de outros alunos. O refeitório, portanto se faz necessário que seja construído em anexo ao próprio prédio onde funciona as séries iniciais, que é separado do prédio antigo, apesar de ser no mesmo terreno.

Outra situação é falta de espaço para as atividades audiovisuais, comumente passadas pelos professores fazendo parte do contexto didático pedagógico. Por isso, uma sala ampla para acomodar no mínimo 40 estudantes já seria suficiente e de forma compatível para tais atividades. Da mesma forma a ampliação da sala onde funciona a biblioteca, onde os alunos e professores usam para pesquisa, mas o espaço é pequeno além da necessidade de se aumentar o seu acervo.

Contamos com as medidas nesse sentido do Governo do Estado de Rondônia, por meio da secretária pertinente objetivando atender esse setor tal vital para todos.

Plenário das Deliberações, 09 de março de 2006.

Dep. Daniel Neri

#### -Requerimento do Deputado Daniel Neri:

Requer providência a respeito da manutenção do abastecimento de água do Distrito de Vitória da União.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa, na forma regimental, seja oficiado ao Presidente da CAERD, solicitando providências a respeito da manutenção do abastecimento de água do distrito de Vitória da União, pertencente ao Município de Corumbiara.

#### JUSTIFICATIVA

O abastecimento de água do Distrito Vitória da União, como de qualquer município ou distrito, é de suma importância para sua população, onde muitas famílias precisam dessa água não apenas para sua higiene pessoal, mas também como sua base econômica.

O abastecimento de água do referido distrito, encontra-se paralisado por motivos técnicos, e que moradores daquela localidade há algum tempo já vem cobrando que seja solucionado este problema.

É um anseio da população do distrito de Vitória da União e por isso insistimos para que tenhamos êxito nessa reivindicação.

Plenário das Deliberações, 09 de março de 2006.

Dep. Daniel Néri.

#### -Indicação do Deputado Daniel Neri:

Requer adquirir uma viatura da polícia militar, para o município de Corumbiara.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa, na forma regimental, seja oficiada a Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, solicitando uma viatura da Polícia Militar, para o município de Corumbiara.

#### JUSTIFICATIVA

Com aproximadamente 10 mil habitantes, o quartel da Polícia Militar do referido município, conta apenas com uma viatura para suas operações. É importante a aquisição dessa viatura, pois, quando o efetivo policial está em um distrito deste município em alguma diligência, fica descoberta a retaguarda, tornando assim importância impar outro veículo para Polícia Militar local.

É um anseio da população do município de Corumbiara e por isso insistimos para que tenhamos êxito nessa reivindicação.

Plenário das Deliberações, 09 de março de 2006.

Dep. Daniel Neri.

#### -Indicação do Deputado Daniel Neri:

Indica ao Poder Executivo a necessidade de implantação de Ensino Supletivo, categoria modular, segundo grau para o município de Corumbiara.

O Parlamentar que o presente subscreve na forma regimental, indica ao Poder Executivo Estadual, com cópia ao Secretário de Estado da Educação, da necessidade de implantação junto ao CEEJA – Centro de Ensino Supletivo, categoria modular, segundo grau para o município de Corumbiara.

#### JUSTIFICATIVA

No município de Corumbiara, encontra-se grande parte da sua população formada por jovens, que possuem enorme capacidade de ajudar no desenvolvimento do estado. Porém, muito desses talentos podem se perder, pelo simples fato de não possuir ensino adequado na cidade.

Faz-se necessário a implantação, junto ao CEEJA, de Ensino Supletivo, categoria modular, Segundo Grau, pois no momento o Município é carente desta modalidade de ensino, e que existe uma grande procura pelo ensino de segundo grau, ocorrendo que, muitos dos estudantes não cursam o Ensino Médio por causa desta carência, e os que cursam precisam se deslocar ao Município, dando prejuízo para o mesmo.

Plenário das Deliberações, 08 de março de 2006.

Dep. Daniel Neri.

#### -Requerimento do Deputado Nereu Klosinski:

Requer à Mesa Diretora oficial ao Excelentíssimo senhor Secretario da Segurança Pública, a encaminhar cópia do Processo que trata da compra de motos para atender o Estado de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve na forma regimental requer à Mesa Diretora oficial ao Excelentíssimo senhor Secretario da Segurança Pública, a encaminhar cópia do Processo que trata da aquisição de motos para atender o Estado de Rondônia.

#### JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares, de acordo com o dispositivo no § 3º do Art. 31 da Constituição Estadual, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa pode encaminhar pedido de informações aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, sobre fatos e atos sujeitos à fiscalização e controle do Poder Legislativo.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.

Dep. Nereu Klosinski.

#### -Requerimento do Deputado Nereu Klosinski:

Requer à Mesa Diretora, oficial ao Secretario da SEAPES, solicitando informações sobre a quantidade de sementes (feijão, arroz e milho), adquiridas pelo Governo do Estado para a Safra 2006 bem como, cópia do processo.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer que seja oficiado ao Secretario da SEAPES, solicitando informações sobre a quantidade de sementes (feijão, arroz e milho), adquiridas pelo Governo do Estado para a Safra 2006 bem como, cópia do processo.

#### JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo obter cópias dos processos acima descritos, para possibilitar o acompanhamento e a fiscalização da adequada aplicação dos recursos públicos na área educacional e a gestão da coisa pública.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.

Dep. Nereu Klosinski.

**-Requerimento do Deputado Nereu Klosinski:**

Requer à Mesa Diretora oficiar ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a informar quantitativos de postos de Vigilância contratados com a Empresa Rondonorte Vigilância e Segurança Ltda.

O Deputado que o presente subscreve na forma regimental requer à Mesa Diretora oficiar ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia a informar:

- Quantos Postos de Vigilância prestam serviços ao Estado
- Localização dos postos
- Quanto é pago para cada posto
- Valores pagos à Rondonorte Vigilância e Segurança Ltda. De janeiro de 2006 até esta data.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares, de acordo com o disposto no § 3º do Art. 31 da Constituição Estadual, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa pode encaminhar pedido de informações aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, sobre fatos e atos sujeitos a fiscalização e controle do Poder Legislativo.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.  
Dep. Nereu Klosinski.

**-Indicação do Deputado João da Muleta:**

Indica ao Poder Executivo Estadual, a instalação de um Posto de Atendimento da Polícia Militar no Distrito de Colina Verde, no Município de Jorge Teixeira.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao Poder Executivo Estadual, a instalação de um Posto de Atendimento da Polícia Militar no Distrito de Colina Verde, no Município de Jorge Teixeira.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares, trata-se de um anseio da comunidade, devido ao aumento no índice de violência que atualmente existe na região, há a necessidade de ser instalado um Posto da Polícia Militar no distrito de Colina Verde, visando a segurança de sua população.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.  
Dep. João da Muleta.

**-Indicação do Deputado Edézio Martelli:**

Indica a necessidade de um mutirão de limpeza na Zona urbana de Porto Velho.

O Parlamentar que a presente subscreve na forma regimental, dado ciência ao Plenário, indica ao Poder Executivo, a necessidade de um mutirão de limpeza na Zona urbana de Porto Velho.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares, nossa reivindicação visa atender em massa a população da cidade de Porto Velho. Que

ora só uma pequena parte tem esse benefício, e nós somos sabedores que com a limpeza se tem mais saúde, e menos gastos com a saúde pública.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.  
Dep. Edézio Martelli.

**-Indicação do Deputado João da Muleta:**

Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de construir o Quartel da Polícia Militar no Município de Cacaulândia.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de construir o Quartel da Polícia Militar no Município de Cacaulândia.

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Parlamentares, o Quartel da Polícia Militar está funcionando precariamente em instalações inadequadas. Por esse motivo, torna-se premente a construção do Quartel, o qual virá oferecer melhores condições às atividades policial, melhorando substancialmente a qualidade de trabalho junto a população da cidade de Cacaulândia.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.  
Dep. João da Muleta.

**-Projeto de Lei do Deputado Marcos Donadon:**

Autoriza o Poder Executivo a conceder contribuição financeira aos clubes de futebol profissional de Rondônia que disputam o campeonato estadual de 2006.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira aos clubes de futebol profissional que disputam o campeonato estadual de 2006.

§ 1º. A contribuição de que trata o caput totalizará o valor de R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), distribuídos da seguinte forma:

I – R\$100.000,00 (cem mil reais), para cada um dos seguintes clubes, como incentivo de participação;

- a) Sporte Club Genus Rondoniense;
- b) Vilhena Esporte Clube;
- c) Sport Club Shallon;
- d) Sociedade Esportiva União Cacoalense;
- e) Clube Atlético Pimentense;
- f) Sport Club Ulbra Ji-Paraná;
- g) Ji-Paraná Futebol Clube;

II – R\$100.000,00 (cem mil reais), para premiar o clube campeão;

III – R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para premiar o clube campeão.

§ 2º. O valor referente ao incentivo de participação será liberado em parcelas mensais, nos meses de abril, maio e junho do corrente ano.

§ 3º. O clube somente receberá a parcela subsequente se tiver cumprido todos os jogos previstos até a data da liberação da parcela.

**Art. 2º.** As premiações do campeão e vice-campeão serão entregues no início da próxima competição nacional em que os clubes forem inscritos.

Parágrafo único. Caso esses clubes não se inscrevam na competição nacional imediatamente subsequente ao campeonato estadual de 2006, deixarão de receber as premiações previstas nos incisos II e III do artigo anterior.

**Art. 3º.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), na Secretaria de Estado de Esporte, da Cultura e do Lazer, para cobertura da contribuição financeira de que trata esta Lei.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

O artigo 212 da Constituição Estadual estabelece que o Estado e os Municípios estimularão as atividades de desporto de massa junto à comunidade. Complementado o artigo 214 da Constituição do Estado dispõe que o Estado destinará recursos orçamentários às entidades desportivas que:

- a) cumpram integralmente o calendário;
- b) pratiquem desportos de maior abrangência populacional;
- c) desenvolvam maior participação em eventos em nível estadual e nacional.

Dessa forma, com vistas a auxiliar e fortalecer financeiramente os clubes que participam do campeonato estadual de futebol, apresentamos o incluso projeto de lei, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder contribuição financeira aos clubes participantes e premiar os clubes campeão e vice-campeão estadual, para que esses clubes tenham melhores condições financeiras de arcar com as despesas de participação, seja no campeonato estadual, ou nas competições nacionais subsequentes em que o campeão e o vice-campeão forem participar

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.  
Dep. Marcos Donadon.

#### -Projeto de Lei do Deputado Marcos Donadon:

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Nova Vida, com sede na cidade de Vilhena.

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Nova Vida, com sede na zona rural do município de Vilhena.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

A Comunidade Terapêutica Nova Vida é uma entidade filantrópica, estabelecida na zona rural do município de Vilhena, e tem por finalidades, segundo o artigo 4º do seu estatuto, desenvolver e executar sistemas de ensino, atuar nas áreas de saúde, meio-ambiente, assistência social, cultural e esportiva, podendo fundar escolas e departamentos filantrópicos e sociais.

No seu curto tempo de existência, uma vez que foi criada em junho de 2003, já desenvolveu um intenso trabalho na área educacional e em especial no campo da assistência social, tendo seu trabalho reconhecido pela comunidade vilhenense e pelo poder público municipal, que já destinou recursos, através de convênios, para auxiliar a entidade na consecução de seus objetivos.

Conforme pode ser constatado nos relatórios das atividades desenvolvidas pela Comunidade Terapêutica Nova Vida, o seu trabalho é digno não só dos maiores elogios, mas de uma atitude concreta desta Casa, concedendo-lhe o título de entidade de utilidade pública estadual.

Plenário das Deliberações, 16 de março de 2006.  
Dep. Marcos Donadon.

#### -Requerimento do Dr. Carlos Henrique:

Requer seja aprovada Moção de Aplauso ao Presidente Desembargador do Tribunal de Justiça Sr. Sebastião Teixeira Chaves.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer a Mesa na forma regimental, seja aprovada Moção de Aplauso ao Presidente Desembargador do Tribunal de Justiça Sr. Sebastião Teixeira Chaves, pela decisão da construção do novo Fórum do Poder Judiciário Comarca de Jaru.

#### JUSTIFICATIVA

Senhores Pares, esta proposição de Moção é justificada pela decisão da construção do Fórum do Poder Judiciário no Município de Jaru, que será de grande importância para aquela população.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2006.  
Dep. Dr. Carlos Henrique

#### -Requerimento do Deputado Haroldo Santos:

Requer a formação do Comitê Estadual de Pró-Emancipação de Municípios.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer a formação do Comitê Estadual de Pró-Emancipação de Municípios, composto por 10 (dez) membros, sendo 05 (cinco) Deputados Estaduais e representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e 01 representante das áreas que buscam a

emancipação, este indicado pelos presidentes dos comitês locais de pró-emancipação.

### JUSTIFICATIVA

O presente requerimento que propõe a criação do Comitê Estadual de Pró-Emancipação de Municípios, decorre de sugestão da UNALE, em razão da movimentação que acontece em diversos Estados brasileiros, que pretendem que seja aprovada proposta de emenda constitucional, restabelecendo a prerrogativa dos Estados em legislar sobre a criação de novos municípios.

O Estado de Rondônia não pode ficar alheio e deve participar diretamente desse movimento que busca resgatar a prerrogativa dos Estados de criar novos municípios, principalmente considerando que diversos distrito do nosso Estado apresentam totais condições de se emanciparem politicamente, como Tarilândia, Extrema, Nova Califórnia e outros mais. Por isso, ao mesmo tempo em que propomos um projeto de decreto legislativo, para que seja encaminhada ao Congresso Nacional uma PEC, dando nova redação ao § 4º do artigo 18, que dispõe sobre a criação de municípios, entendemos ser de fundamental importância a formação do referido Comitê, para acompanhar e propor ações que levem a criação de novos municípios em nosso Estado.

Plenário das Deliberações, 22 de fevereiro de 2006.  
Dep. Haroldo Santos.

### -Requerimento do Deputado Edésio Martelli:

Requer a Realização de Audiência Pública dia... de abril/2006, às 10 horas, para discussão e busca de solução sobre intoxicação sofrida por servidores da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

Os Parlamentares que a presente subscreve, requer na forma regimental, a realização de uma Audiência Pública no Plenário desta Casa de Leis, a realizar-se no dia 12 de abril do corrente ano às 15 horas, com a finalidade de discutir e buscar possíveis soluções para ajudar aos servidores da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde que se encontram intoxicados por produtos químicos manejados pelos mesmos em suas atividades profissionais, devendo ser convidado para participar a seguintes autoridades: toda a representação de Rondônia no Congresso Nacional, o Governador do Estado de Rondônia, os prefeitos de todos os municípios do Estado de Rondônia, os presidentes de Câmaras Municipais de todos os municípios do Estado de Rondônia, o representante do Ministério Público Federal no Estado de Rondônia, o Procurador Geral do Ministério Público Estadual, o Secretário de Estado da Saúde de Rondônia, o Coordenador Estadual da FUNASA em Rondônia, o Diretor Geral da AGEVISA – Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia, o Diretor do LACEM – Laboratório Central do Estado de Rondônia, o presidente da Ordem dos Advogados em Rondônia, um representante da CONDSEF – Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais, um representante do SINDSEF/RO – Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Rondônia.

Plenário das Deliberações, de março de 2006.  
Dep. Edésio Martelli.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra o Deputado Marcos Donadon.

### COMUNICAÇÕES DE LIDERANÇAS

**O SR. MARCOS DONADON** – Sr. Presidente, para ficar registrado nesta Casa e ao mesmo tempo comunicar a V.Exª desse Projeto, nós tivemos debatendo esse assunto há vários dias, com segmento do esporte no Estado de Rondônia sobre a dificuldade dos times de futebol. Para que se apresentem, façam realmente uma apresentação de grandeza de futebol necessitam de apoio, de recurso, então nós tivemos a iniciativa de apresentar esta lei que autoriza o Poder Executivo a conceder contribuição financeira aos clubes de futebol profissional de Rondônia que disputa o campeonato Estadual de 2006. Em Rondônia, hoje, tem sete clubes, que estão disputando o futebol profissional no Estado de Rondônia. Então aqui fica colocado este projeto e ao mesmo tempo pedindo à Mesa, se possível agilizar o mais rápido possível a aprovação desse projeto, porque na programação que nós colocamos aqui, a primeira parcela seria liberado no mês de abril, maio e junho, em três parcelas então é muito importante que a gente aprove essa matéria e envie ao Poder Executivo para que o Governador possa efetivar e fazer aqui os repasses ao clubes profissionais do Estado de Rondônia. O Deputado Daniel que é um apaixonado pelo futebol, com certeza será nosso parceiro na aprovação deste projeto e os demais Deputados; Deputado Reolon, Deputado Martelli, Deputado Deusdete, Deputado Beto do Trento, Deputado Gazoni.

Fica aqui o meu pedido quanto a agilidade, se possível o mais rápido aprovemos esse projeto e enviemos ao Poder Executivo.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Solicito aos Srs. Deputados, líderes, que indiquem os membros para compor a Comissão Temporária para acompanhar o pagamento dos servidores que não receberam o pagamento do IPERON, e acompanhar o Comitê PRÓ - Emancipação dos Municípios composto de dez membros, sendo cinco deputados estaduais, representantes do Poder Executivo e Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e um representante da área que busque emancipação. Estes indicados pelos presidentes do Comitê local pró-emancipação.

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar esta sessão solicito uma sessão Extraordinária no prazo de 10 minutos.

**(Encerra-se esta sessão às 17 horas e 31 minutos).**

**ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
Em 21 de março de 2006.**

**Presidência do Sr.  
Deusdete Alves – Deputado**

**(Às 17 horas e 43 minutos é aberta a sessão).**



**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT), Doutor Deusdete (PDT), Edison Gazoni (PDT), Dr. Carlos (PDT), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Leudo Buriti (PTB), Chico Doido (PSB), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Edézio Martelli (PTN), Beto do Trento (PSDC).

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 1ª Sessão Extraordinária. Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. MARCOS DONADON (Secretário ad hoc)** – Sr. Presidente, não há Ata a ser lida.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Ordem do Dia. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

#### APRECIÇÃO DE MATÉRIAS

**O SR. MARCOS DONADON(Secretário ad hoc)** – Autor - Deputado Leudo Buriti – “Concede Moção de Aplauso ao empresário Pedro André de Souza pela implantação do Jornal Diário do Povo”.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Os Senhores Deputados favoráveis a concessão de Moção de Aplauso ao empresário Pedro André de Souza pela implantação do Jornal Diário do Povo, permaneçam como se encontram.  
Aprovado. Vai ao Expediente.

**O SR. MARCOS DONADON(Secretário ad hoc)** – Autor - Deputado Edézio Martelli e Deputado Carlão de Oliveira – “Requer a realização de Audiência Pública dia 12 de abril de 2006, às 15 horas para discussão e busca de solução sobre intoxicação sofrida por servidores da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde”.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Em discussão. Não havendo discussão passemos à votação. Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.  
Aprovado. Vai ao Expediente.

**O SR. MARCOS DONADON(Secretário ad hoc)** – Deputado Carlos Henrique – “Requer seja aprovada Moção de Aplauso, ao Presidente Desembargador do Tribunal de Justiça, senhor Sebastião Teixeira Chaves”.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Em discussão. Não havendo discussão passemos à votação. Os senhores Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

**O SR. MARCOS DONADON(Secretário ad hoc)** – Deputado Haroldo Santos – “Requer a formação do Comitê Estadual de Pró-Emancipação de Municípios”.

**O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves)** – Em discussão. Não havendo discussão passemos à votação. Os senhores Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Encerrada a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, convoco uma Sessão Ordinária para o dia de amanhã no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

**(Encerra-se esta sessão às 17 horas e 46 minutos).**

#### ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA. Em 22 de março de 2006.

**Presidência do Sr.  
Carlão de Oliveira – Presidente**

**(Às 9 horas e 18 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Nereu Klosinski (PT) Neri Firigolo (PT), Dr. Deusdete (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Haroldo Santos (PP), Leudo Buriti (PTB), Paulo Moraes (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN).

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Havendo número legal e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 8ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura.

Solicito ao Sr. Secretário proceder a leitura da Ata da sessão anterior.

**O SR. DEUSDETE ALVES (4º Secretário)** – Procedendo à leitura da ata da sessão anterior.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretário)** – Procedendo à leitura do expediente.

#### EXPEDIENTERECEBIDO

– **Memorando 13/GDNF/06** – Dep. Neri Firigolo, para a Presidência da Mesa.

Senhor Presidente, com nossos cumprimentos, dirigimo-nos a V. Exª, para comunicar que em atendimento a convite da Justiça Criminal da Comarca de Cacoal para prestar informações em ação penal, não estaremos presente na Sessão Legislativa do dia 23 do corrente mês.

Convite UNALE. Brasília-DF, 13 de Março de 2006.

Senhor Presidente, estamos encaminhando a V. Exª convite para que se faça presente no XIII Congresso Latino

Americano de Sexologia e Educação Sexual, promovido pela Federação de Sexologia do Brasil e pela UNALE, esta última entidade através da Secretaria de Mulheres.

**- Ofício nº 1019/ CGGOF/SENASP** – Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Segurança Pública Departamento de Execução e Avaliação do PNSP Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária e Financeira do FNSP.

A Sua Senhoria o Senhor Dep. José Carlos de Oliveira.  
Assunto: Celebração de Convênio.

Senhor Presidente,

Encaminhamos em observância ao disposto no §2º do art. 116 da Lei 8.666/93, Lei 9.452/97 e no art. 11 da Instrução Normativa STN 1/97, relação dos Convênios celebrados em 2005 entre o Ministério da Justiça, por intermédio desta Secretaria e o Estado de Rondônia.

**-Ofício nº 068/SINDLER** – O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Legislativo do Estado de Rondônia. SINDLER, através de sua Presidente, vem encaminhar a V.Ex<sup>a</sup>, para sua apreciação cópia da Ata da reunião entre os presidentes de sindicatos e a Bancada Federal de Rondônia, onde se colocam a nossa disposição, no andamento da transposição dos servidores estaduais para federais.

**- Ofício nº 67/31ZE/2006** – Poder Judiciário Federal, Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. Cartório da 31ª Zona Eleitoral de Cacoal.

Excelentíssimo Sr. Presidente, vimos por meio deste, remeter a V. Ex<sup>a</sup>, de ordem do Excelentíssimo Juiz Eleitoral, Carlos Augusto Teles Negreiros, conforme despacho do dia 10.03.06, cópias de documentos os quais aludem a uma possível fraude nesta Casa Legislativa que chegaram ao conhecimento deste Fórum Eleitoral para que sejam providenciadas as medidas cabíveis.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Passemos às Breves Comunicações.

Com a palavra o Deputado

**O SR. EDÉZIO MARTELI** – Sr. Presidente, imprensa e público aqui presente.

Sr. Presidente, eu acabei de participar, agora de manhã na sala da imprensa desta Casa, ou melhor, na sala de Informática onde está interligado o Sistema Intercâmaras inaugurando o sistema interligado em Machadinho, hoje nós estamos quase com todas as Câmaras conectadas via Assembléia pelo o programa Intercâmaras, isso esta contribuindo muito na aproximação dos trabalhos dos Legislativos Municipais e Estaduais. E com isso contribuindo com o próprio município, uma vez que você tem a informação se a Câmara quiser acompanhar as sessões e audiências isso pode fazer em tempo real, eu acho que foi um avanço muito grande proporcionado pela Assembléia ao Estado de Rondônia. Nem todos os Estados estão tendo essa oportunidade que Rondônia está dando, que a Assembléia Legislativa estar dando as câmaras. Eu podia até aproveitar para divulgar e pedir, e isso o Sistema Interligado está fazendo através de seu Diretor, o Antonilson, informando as Câmaras Municipais as audiências que nós vamos ter nesta Casa no dia 12, para tratar da questão dos funcionários da FUNASA, precisamente a questão da intoxicação pelo veneno aplicado pelos mesmos durante o seu trabalho, o seu tempo de serviço. Então é importante, e por que a importância disso? Porque os funcionários da FUNASA

que estão lá no município do interior do Estado, em Alvorada, São Miguel, Teixeiraópolis eles podem acompanhar audiência lá na Câmara Municipal, eles podem convidar a comunidade para participar do debate e com isso, digamos, o resultado foi favorável a eles e eu espero que seja, do ponto de vista de conseguir pela Secretária de Saúde os exames que eles estão querendo e possivelmente conseguir também o tratamento dos mesmos. Então a comunidade vai ter o conhecimento da importância desses servidores nos Municípios e do problema deles. Então eu estou citando um fato, podem ser inúmeros outros fatos, e essa oportunidade está sendo dada por esta Casa.

Eu quero parabenizar a Mesa Diretora por este grande ato realizado.

São as minhas palavras, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Não há Oradores inscritos.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

**O SR. DEUSDETE ALVES(4º Secretario)-** Procedendo à leitura.

## ORDEM DO DIA

### – Requerimento Deputado Haroldo Santos :

Requer a transformação de sessões e audiências na data do dia 26 de abril de 2006, em Sessão Especial para entrega de homenagens aos membros do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD, Escola Policia Família às 10 horas no Plenário desta Casa.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Douto Plenário na forma regimental, requer transformação da Sessão Ordinária no dia 26 de abril de 2006 em Sessão Especial para entrega de homenagens aos membros do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD, Escola Policia Família, às 10:00 horas, no Plenário desta Casa, aos 30 Policiais Militares Instrutores, sendo 09 de Porto Velho e 21 do interior do Estado: Candeias do Jamari, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Ditrito de Nova Conquista, Ariquemmes, Alto Paraíso, Jarú, Machadinho D'Oeste, Cerejeiras, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Ouro Preto D'Oeste, Vilhena e Ministro Andrezza, e que sejam convidados os representantes dos seguintes órgãos: Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação, Comando Geral da PM, Bombeiros, Escola da PM, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Juizado da Infância e Juventude, Vara de Delito de Tóxicos da Comarca de Porto Velho, Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN/RO, Polícia Federal e Prefeitos Municipais.

## JUSTIFICATIVA

Nesta data serão homenageados os membros do PROERD com a entrega da Moção de Aplauso nº168/05 de autoria deste Parlamentar.

Plenário das Deliberações, 22 de março de 2006.

Dep. Haroldo Santos.

**- Indicação Deputado Everton Leoni:**

Indica ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral – TER, sobre a necessidade de instalar um cartório eleitoral no Distrito de Extrema, município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral – TER, sobre a necessidade de instalar um cartório eleitoral no Distrito de Extrema, município de Porto Velho.

**JUSTIFICATIVA**

O distrito de Extrema, distante aproximadamente 300km de Porto Velho, não possui um cartório eleitoral para que os moradores que alcançam a idade de alistamento eleitoral possam tirar seus títulos eleitorais, bem como aqueles que para lá se mudam possam transferir seus títulos de eleitores. Assim sendo, solicitamos ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral que atenda a reivindicação da população daquela região, uma vez que a instalação de um cartório eleitoral no distrito de extrema beneficiará outros distritos próximos, como Nova Califórnia e Vista Alegre do Abunã, que não precisaram mais se deslocar até Porto Velho para a emissão ou transferência de título eleitoral.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2006.  
Dep. Everton Leoni.

**- Indicação Deputado Everton Leoni:**

Indica ao Senhor Governador do Estado da necessidade de intervir junto ao Superintendente do Banco da Amazônia – BASA, para viabilizar a instalações de uma agência bancária no Distrito de Extrema.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado da necessidade de intervir junto ao Superintendente do Banco da Amazônia – BASA, para viabilizar a instalações de uma agência bancária no Distrito de Extrema.

**JUSTIFICATIVA**

O distrito de Extrema, localizado a cerca de 300km de Porto Velho, possui uma população de, aproximadamente, 15 mil habitantes, diversos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, além de órgãos estaduais e municipais, e apresenta todas as condições econômicas e financeiras para se emancipar, só não ocorrendo a sua transformação em município em razão de emenda constitucional que retirou a autonomia dos Estados em criar novos municípios.

Em que pese a pujança de Extrema e toda a Ponta do Abunã, com os distritos de Fortaleza do Abunã, Vista Alegre e Nova Califórnia, que conta com cerca de 30 mil habitantes e uma intensa atividade agropecuária, a região não conta com uma agência bancária para atender aquela população, sendo que empresários, comerciantes, agricultores, pecuaristas, servidores públicos, enfim, quando qualquer cidadão precisa de realizar uma transação bancária tem que se deslocar até Porto Velho ou Rio Branco.

Por isso, solicitamos que, com a máxima urgência, o Senhor Governador do Estado realize gestões junto à Superintendência Regional do Banco da Amazônia para que seja instalada uma agência bancária no distrito de Extrema de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2006.  
Dep. Everton Leoni.

**- Indicação do Deputado Everton Leoni:**

Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade adquirir lanchas-ambulâncias para atender aos ribeirinhos do Baixo- Madeira, e do Vale do Guaporé.

O Deputado que a presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade adquirir lanchas-ambulâncias para atender aos ribeirinhos do Baixo- Madeira, e do Vale do Guaporé.

**JUSTIFICATIVA**

Os moradores das comunidades do Baixo-Madeira e do Vale do Guaporé enfrentam sérias dificuldades para se deslocarem até a Capital do Estado, ou cidade mais próxima, em busca de atendimento médico em casos de doenças ou acidentes, o que vem ocasionando casos de óbitos entre aqueles ribeirinhos, em função da dificuldade ou demora de conseguir transporte para chegar até o local de atendimento médico. Por isso, apresentamos a presente indicação, através do qual solicitamos que o Executivo Estadual adquira lanchas para serem utilizadas exclusivamente como ambulância para atender as comunidades do Baixo-Madeira e do Vale do Guaporé.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2006.  
Dep. Everton Leoni.

**- Indicação do Deputado Everton Leoni:**

Indica ao Senhor Governador do Estado a necessidade de intervir junto ao Superintendente do Banco do Brasil, para viabilizar agencia bancaria no Distrito de Extrema de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado da necessidade de intervir junto ao Superintendente do Banco do Brasil para viabilizar a instalação de uma agência bancária no distrito de Extrema.

**JUSTIFICATIVA**

O distrito de Extrema, localizado a cerca de 300km de Porto Velho, possui uma população de aproximadamente 15 mil habitantes, diversos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, além de órgãos estaduais e municipais, e apresenta todas as condições econômicas e financeiras para se emancipar, só não ocorrendo a sua transformação em município em razão da emenda constitucional que retirou a autonomia dos Estados em criar novos municípios.

Em que pese a pujança de Extrema e toda a Ponta do Abunã, com os distritos de Fortaleza do Abunã, Vista Alegre e Nova Califórnia, que conta com cerca de 30 mil habitantes e uma intensa atividade agropecuária, a região não conta com uma agência bancária para atender aquela população, sendo que empresários, comerciantes, agricultores, pecuaristas, servidores públicos, enfim, quando qualquer cidadão precisa de realizar uma transação bancária tem que se deslocar até Porto Velho ou Rio Branco.

Por isso, solicitamos que, com a máxima urgência, o Senhor Governador do Estado realize gestões junto à Superintendência Regional do Banco do Brasil para que seja instalada uma agência bancária no distrito de Extrema de Rondônia.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2006.  
Dep. Everton Leoni.

**- Requerimento do Deputado Everton Leoni:**

Requer ao Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA que promova a regularização fundiária das propriedades rurais no Distrito de Extrema de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer ao Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA que promova a regularização fundiária das propriedades rurais no Distrito de Extrema de Rondônia.

**JUSTIFICATIVA**

A maioria dos produtores rurais do distrito de Extrema não possui o título definitivo de suas propriedades, tendo somente a posse das mesmas, o que, além de causar uma grande insegurança para aqueles agricultores, os impede de conseguir linhas de créditos para financiar a produção agrícola, uma vez que sem o título definitivo de proprietário da terra, as instituições bancárias não liberam o financiamento.

Assim sendo, para que os produtores rurais de Extrema de Rondônia possam produzir mais e melhorar a sua qualidade de vida, estamos requerendo que o Superintendente do INCRA promova a regularização fundiária naquela região, concedendo, na forma da lei, o título definitivo da terra para aqueles valorosos rondonienses.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.  
Dep. Everton Leoni.

**- Indicação do Deputado Everton Leoni:**

Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de estender o programa "LUZ PARA TODOS" às propriedades da zona rural do Distrito de Extrema de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de estender o programa "LUZ PARA TODOS" às propriedades da zona rural do Distrito de Extrema de Rondônia.

**JUSTIFICATIVA**

O desafio de levar a energia elétrica para a zona rural no Brasil, teve início no ano de 1999, com o Programa Luz no Campo, com a ousada meta de que, num prazo de 05 anos deixasse de existir pessoas vivendo a luz de lampião, e teve continuidade com o atual Governo Federal, agora sob a denominação "LUZ PARA TODOS", programa este que conta com a participação do Governo Federal, através da Eletrobrás, e dos governos estaduais.

Em Rondônia, o Governador do Estado tem feito sua parte e, segundo dados oficiais, 3.022 propriedades rurais já foram beneficiadas pelo referido programa, e passaram a contar com a energia elétrica para elevar a sua produtividade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da zona rural.

É nesse sentido que apresentamos a presente indicação, através do qual solicitamos que o Governo do Estado faça chegar a energia elétrica nas propriedades da zona rural de Extrema de Rondônia, para que a população daquela área rural também possam usufruir dos benefícios gerados pela energia elétrica.

Plenário das Deliberações, 21 de março de 2006.  
Dep. Everton Leoni.

**O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira)** – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

Ordem do Dia. Não tem quórum para deliberar.  
Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente sessão convoco outra Sessão para o dia 23 de março no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

**(Encerra-se esta Sessão às 9 horas e 36 minutos).**

<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>
---------------------------

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 001 /CPL/ALE/2006**

A Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, **convida** essa empresa a participar da presente licitação, autorizada pelo Processo Administrativo nº 00234/SA/ALE/06, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo de licitação a de **MENOR PREÇO**, a qual será regida pela Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98, cuja data para recebimento e abertura dos envelopes será dia 27 de abril de 2006, às 10 horas na sala da Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Major Amarantes, nº 390 - Bairro Arigolândia, Porto Velho/RO.

**OBJETO: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente(Lote I – equipamentos de filmagem e fotográfico, Lote II – Aparelhos de Fax e Lote III – material permanente de restaurante), para atender as necessidades da Assessoria de Imprensa, Gerência de Serviços Gerais e DICOM na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes do anexo I.**

Informações complementares: O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, no endereço acima, de segunda à quinta-feira da 08:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas e às sextas-feiras da 08:00 às 12:00, podendo ser adquirido até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes de Documentação e Propostas, mediante o recolhimento, em DARE, ao Governo do Estado de Rondônia, da importância de R\$ 10,00 (dez reais), Código da Receita 6169 – Taxa de aquisição de editais, não reembolsável, em qualquer agência do Banco do Brasil S/A.

Porto Velho, 29 de março de 2006.

**ALBINO FALCÃO DE CARVALHO  
Presidente da CPL/ALE**